

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho

**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho

**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D451 Desenvolvimento regional na Amazônia [recurso eletrônico] :
infraestrutura, capital humano, renda e trabalho / Organizadora
Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-44-7

DOI 10.22533/at.ed.447201103

1. Amazônia – Desenvolvimento sustentável. 2. Planejamento
regional – Amazônia. I. Silva, Michele Lins Aracaty e.

CDD 338.9811

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e satisfação que apresentamos o terceiro e último livro desta trilogia que reúne trabalhos que tem como objeto de estudo o Desenvolvimento Regional no contexto amazônico. Este e-book completa um projeto de publicação colaborativa entre um grupo de pesquisadores e amigos.

Juntamente com os outros dois e-books anteriormente publicados, que são: AMAZÔNIA: Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional (2014) e AMAZÔNIA: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional (2019), este livro intitulado: DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho, apresenta como característica principal a composição por artigos científicos construídos por docentes, discentes, pesquisadores e amigos que discutem em seus estudos e pesquisas temas ligados à temática do livro.

Os oito artigos aqui selecionados são resultados de pesquisas, revisões bibliográficas, estudos de caso, projetos de iniciação científica e monografias desenvolvidas pelos autores, ou seja, é a soma do cotidiano da missão de ser docente, discente e trabalhar com pesquisas.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Este e-book assim como os demais trabalhos deste grupo terá o seu acesso livre para pesquisas e leitura de forma a ser um objeto de compartilhamento de informação e conhecimento agregado acerca dos temas aqui abordados.

Nos três primeiros capítulos, temos artigos provenientes de monografias de graduação. No primeiro capítulo, temos um artigo em que o discente tomou como base as potencialidades regionais analisando A Importância dos APL's de Fitoterápicos e Fitocosméticos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas entre os anos de 2010 a 2015 tendo como base as teorias econômicas do desenvolvimento econômico e regional. No segundo capítulo, a discente analisou os investimentos da Agricultura Familiar: uma análise do PRONAF e PAA para o Estado do Amazonas (1999-2017) tendo como base uma pesquisa bibliográfica e documental. Já no terceiro, o discente construiu o seu trabalho com o propósito de analisar o desenvolvimento dos municípios amazonenses, entre 1991 e 2016, à luz das teorias de desenvolvimento regional, a fim de confirmar a aplicação destas na explicação das dinâmicas regionais, no contexto do Amazonas, o artigo tem como título: Dependência e Desenvolvimento: Uma Análise dos Municípios Amazonenses sob a Ótica das Teorias de Desenvolvimento Regional

No quarto capítulo, o grupo responsável pela pesquisa tinha o propósito de

apresentar as normas relacionadas à tratativa e recuperação do meio ambiente, sobretudo àquelas resultantes das atividades econômicas. Assim, discutiu-se que as normas legislativas exercem peso de comando e de controle nos aspectos relacionados às atividades econômicas que impactam o meio ambiente natural. Mostra ainda o volume de ocupações em postos de trabalho formal nestas atividades. Os dados são extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, e cobrem um período de 11 anos (de 2006 a 2017) o artigo tem como título: Ocupações Formais em Atividades de Recuperação do Meio Ambiente: Considerações Legislativas

No capítulo seguinte, intitulado: Ecoturismo e Sustentabilidade: Considerações Acerca da Demanda Internacional para o Turismo de Floresta no Amazonas, os autores propuseram como objetivo verificar o desempenho do ecoturismo no Estado do Amazonas no período de 2004 a 2014. Para dar resposta ao objetivo proposto, utilizou-se dados do Anuário Estatístico de Turismo (Ministério do Turismo), bem como da Síntese dos Indicadores de Turismo do Amazonas (Amazonastur).

Já no sexto capítulo, intitulado: Agenda 21, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Agenda 2030: Uma Análise Crítica dos Guias de Municipalização apresenta como objetivo fazer uma reflexão acerca das estratégias, acertos, erros e desafios relacionados com a descentralização e a participação social que podem servir de aprendizado para o processo de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir da experiência brasileira no processo de municipalização dessas duas primeiras agendas.

No sétimo capítulo, onde o artigo construído pelos autores e intitulado: Pensamento Complexo e Racionalidade Ambiental: Alternativa à Crise Civilizatória e seus Efeitos Devastadores na Natureza apresentou como objetivo delinear e apresentar as contribuições de Morin e Leff para um mundo mais sustentável, com outros valores em termos de sustentabilidade e meio ambiente, com uma visão voltada à preservação do planeta e a um melhor uso dos recursos naturais disponíveis e com um olhar conservacionista, para que possamos salvar o que ainda nos resta da nossa Terra Pátria

No oitavo e último artigo, intitulado: Logística Reversa e o Meio Ambiente: Estudo de Caso em uma Recicladora Amazonense os autores propuseram analisar a importância da logística reversa para o meio ambiente, procurando esclarecer e descrever a logística reversa em uma empresa atuante no segmento. O objeto da pesquisa foi uma empresa que atua na reciclagem de materiais e que se coaduna aos conceitos da logística reversa localizada no Estado do Amazonas. Ressaltamos que este artigo assim como os três primeiros deste livro também é objeto de trabalho de final de curso de graduação.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões

e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Profa. Dra. Michele Lins Aracaty e Silva
Manaus, 2020.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”

Albert Einstein

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
A IMPORTÂNCIA DOS APLS DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS	
Michele Lins Aracaty e Silva Erick Alves de Brito Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4472011031	
CAPÍTULO 2	28
A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF E PAA PARA O ESTADO DO AMAZONAS NO PERÍODO DE 1999-2017	
Michele Lins Aracaty e Silva Isabela Sousa de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.4472011032	
CAPÍTULO 3	44
DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Michele Lins Aracaty e Silva Marcelo Peres Canuto	
DOI 10.22533/at.ed.4472011033	
CAPÍTULO 4	67
OCUPAÇÕES FORMAIS EM ATIVIDADES DE RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: CONSIDERAÇÕES LEGISLATIVAS	
Jaqueline Montenegro da Cruz Rúbia Silene Alegre Ferreira Eliza Affonso Lasmar Ethel Barros Cunha Maruccia M ^a do Perpétuo Socorro O. Robustelli	
DOI 10.22533/at.ed.4472011034	
CAPÍTULO 5	78
ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DEMANDA INTERNACIONAL PARA O TURISMO DE FLORESTA NO AMAZONAS	
Rúbia Silene Alegre Ferreira Marklea da Cunha Ferst Antonio Geraldo Harb Luiz Cláudio Pires Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4472011035	
CAPÍTULO 6	93
AGENDA 21, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO E AGENDA 2030: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS GUIAS DE MUNICIPALIZAÇÃO	
Rafael Moraes Reis Wanessa da Costa Nascimento Waleska da Costa Nascimento Luis Carlos da Silva Braga Michele Lins Aracaty e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4472011036	

CAPÍTULO 7 109

PENSAMENTO COMPLEXO E RACIONALIDADE AMBIENTAL: ALTERNATIVA À CRISE CIVILIZATÓRIA E SEUS EFEITOS DEVASTADORES NA NATUREZA

Idelcleide Rodrigues Lima Cordeiro

Wanessa da Costa Nascimento

Vânia Galvão Costa

Rafael Moraes Reis

Carlos Geraldo de Britto Feitoza

DOI 10.22533/at.ed.4472011037

CAPÍTULO 8 122

LOGÍSTICA REVERSA E O MEIO AMBIENTE: ESTUDO DE CASO EM UMA RECICLADORA AMAZONENSE

Manoel Carlos de Oliveira Junior

Sandro Breval Santiago

Alline de Sena Gomes

DOI 10.22533/at.ed.4472011038

SOBRE A ORGANIZADORA..... 134

SOBRE OS AUTORES 135

ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DEMANDA INTERNACIONAL PARA O TURISMO DE FLORESTA NO AMAZONAS

Data de aceite: 13/02/2020

Rúbia Silene Alegre Ferreira
Marklea da Cunha Ferst
Antonio Geraldo Harb
Luiz Cláudio Pires Costa

RESUMO: Dos estados brasileiros, o Amazonas é o que possui a maior extensão territorial. Em seu interior congrega riquezas naturais que representam dotações naturais que conjuntamente têm contribuído de forma significativa para a sua valorização ambiental, bem como para sua apreciação em níveis internacionais por turistas e instituições de lugares diversos. Nesse contexto, tem sido de relevante importância a atividade do ecoturismo, uma vez que um de seus fatores de produção, soma por ser uma força agregadora de crescimento econômico, promovendo o aquecimento nos setores interligados da economia, sobretudo dos serviços, um dos importantes setores da economia. O artigo teve por objetivo verificar o desempenho do ecoturismo no Estado do Amazonas no período de 2004 a 2014. Para dar resposta ao objetivo proposto, utilizou-se dados do Anuário Estatístico de Turismo (Ministério do Turismo), bem como da Síntese dos Indicadores de Turismo do Amazonas (Amazonastur). Os resultados indicam que o ecoturismo representa potencial significativo no setor turístico, uma vez que embora o período abordado tenha sido perpassado por crise

econômica internacional, o setor apresenta crescimento, com destaque para o ano de 2014, quando ocorreu a Copa do Mundo, tendo em Manaus uma de suas subsedes. Conclui-se que por ser o ecoturismo uma atividade econômica com base no uso natural dos recursos, os aspectos da sustentabilidade devem ser o pilar deste processo, para dar condições de uso deste, tanto pela geração presente, quanto das gerações futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo, sustentabilidade, economia.

INTRODUÇÃO

O Amazonas, é uma das sete Unidades de Federação que formam a Região Norte do Brasil. Formado por 62 municípios, localizados em distâncias significativas em relação à capital Manaus. Em níveis de agrupamentos territoriais, está dividido em quatro mesorregiões: Norte Amazonense, Sudoeste Amazonense, Centro Amazonense e Sul Amazonense; e treze microrregiões: Rio Negro, Japurá, Alto Solimões, Juruá, Tefé, Coari, Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Parintins, Boca do Acre, Purus e Madeira. Os dados do IBGE, apontam que em 2010 havia 3.483.985 pessoas no Estado, na Capital Manaus, 1.802.014 e na Região Metropolitana, 2.106.322.

Congrega em seu interior dotações

naturais que conjuntamente têm contribuído de forma significativa para a sua valorização ambiental, bem como para sua apreciação em níveis internacionais por turistas e instituições de lugares diversos.

Assim, o ecoturismo tem jogado papel favorável como um de seus fatores de produção, contribuindo para ser uma força agregadora de crescimento econômico, promovendo o aquecimento nos setores interligados da economia, sobretudo dos serviços.

Desta forma, o presente artigo tem por objetivo verificar o desempenho do ecoturismo no Estado do Amazonas no período de 2004 a 2014. Para dar resposta ao objetivo proposto, utilizou-se dados do Anuário Estatístico de Turismo (Ministério do Turismo), bem como da Síntese dos Indicadores de Turismo do Amazonas (Amazonastur).

O trabalho está dividido da seguinte maneira: além desta introdução, faz na seção segunda seção uma abordagem teórica a respeito das normas ambientais como garantidoras da manutenção dos recursos naturais. A seguir apresenta-se uma discussão a respeito da sustentabilidade e de sua importância, demonstrando ainda a relação desta com o ecoturismo no sentido de que este é uma extensão da utilidade que esta desempenha. Na terceira seção apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para dar resposta ao objetivo. Na quarta seção, a discussão dos resultados e por fim, as considerações finais.

QUADRO TEÓRICO

O DIREITO AMBIENTAL

O conceito de meio ambiente surgiu no final do século XIX, quando os cientistas passaram a entender as interações entre os seres com base nos estudos sobre evolução das espécies realizado por Charlie Darwin. Mas somente na metade do século XX surge o conceito de natureza, compreendendo todo o meio ambiente que não teve nenhuma intervenção.

As primeiras regras jurídicas para preservação do meio ambiente, visavam impedir as práticas daquelas atividades prejudiciais à saúde e ao bem-estar da espécie humana. Não podendo ser consideradas específicas para a preservação do meio ambiente, igualmente não podemos considerar também as que regulamentavam a caça e a pesca e também o replantio de florestas, em virtude do interesse puramente econômico. Esse mesmo interesse econômico nos séculos anteriores fez com que empresas privadas agredissem o meio ambiente natural de forma acelerada desconsiderando suas consequências, pois tinham como objetivo único obter a rápida lucratividade.

As normas jurídicas de preservação do meio ambiente natural surgiram nos

Estados Unidos somente no final do século XIX com a criação de grandes parques nacionais. Após a Segunda Guerra Mundial o meio ambiente, juntamente com a pessoa humana, conquistou seu lugar no Direito Internacional, nascendo em 1960 o Direito Internacional do Meio Ambiente. No entanto, passou a ser tutelado na Constituição somente em 1976 em Portugal, seguido de Espanha (1978), Equador (1979), Peru (1979), Chile (1980), Guiana (1980) e, finalmente, no Brasil na Constituição de 1988.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972 atentava à necessidade de estabelecer princípios comuns e um critério que inspirasse os povos do mundo guiando a preservação e conseqüentemente a melhora do ambiente humano. Essa inspiração chegou ao Brasil que substituiu a política de desenvolvimento industrial a qualquer custo por uma política ambientalista.

Vinte anos mais tarde, a ECO-92 tornou-se um marco histórico na alteração da diplomacia brasileira em matéria de meio ambiente, quando representantes de quase todos os países do mundo reuniram-se no Rio de Janeiro (1992) para discutir a diminuição da degradação ambiental e a preservação da existência de outras gerações. Visavam introduzir a ideia do desenvolvimento sustentável, um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais apropriado ao equilíbrio ecológico.

Essa necessidade e a influência da comunidade internacional com as questões ambientais influenciou a comunidade internacional e as legislações constitucionais e infraconstitucionais de diversos países a enveredar para a elaboração de normas de proteção do meio ambiente. A conscientização de que os recursos naturais renováveis ou não renováveis são limitados clamou por uma intervenção legislativa capaz de reconstruir modelos clássicos desenvolvimentistas.

Esta reconstrução passou a impor ao desenvolvimento econômico uma utilização dos recursos naturais racional e fez com que os processos industriais passassem a internalizar as externalidades ambientais. A este novo projeto de desenvolvimento econômico, resolveu-se incluir a noção de sustentável como única forma viável de evitar a degradação do meio ambiente a níveis que permitam a sadia qualidade de vida no planeta. Para orientar esta atividade normativa, diversos princípios surgiram tanto em âmbito internacional, como no plano nacional e que serviram também para auxiliar na interpretação de conceitos legislativos e sanarem lacunas desta, até então recém-nascida, disciplina jurídica. Nesta seara o peso legislativo enquanto normatizador destes princípios depõe a favor da sustentabilidade, tema a ser discutido no próximo tópico.

SUSTENTABILIDADE

O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e um sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram

e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica surge assim, como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção, segundo Leff, (2011).

Assim, para Capra, (2006) à medida que o século se aproxima do fim, as preocupações com o meio ambiente adquirem suprema importância. Defrontamos com toda série de problemas globais que estão danificando a biosfera e a vida humana de uma maneira alarmante, e que pode logo se tornar irreversível. Temos ampla documentação a respeito da extensão e da importância desses problemas.

Desta forma, segundo Leff, (2011), o processo do discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado, oficializado e difundido amplamente com base na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992. Mas a consciência ambiental surgiu nos anos 1960 com a Primavera Silenciosa de Rachel Carson, e se expandiu nos anos 1970, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, em 1972. Naquele momento é que foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade. A escassez, alicerce a teoria e prática econômica, converteu-se numa escassez global que já não se resolve mediante o progresso técnico, pela substituição de recursos escassos por outros mais abundantes ou pelo aproveitamento de espaços não saturados para o depósito dos rejeitos gerados pelo crescimento desenfreado da produção.

As cinco dimensões da sustentabilidade belamente definidas por Sachs, (2000), transmitem um quadro bem apropriado de análise cabível em todo projeto de desenvolvimento, a saber:

<i>Dimensões</i>	<i>Crítérios</i>
<i>Sustentabilidade Social</i>	A criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa, atingindo metas de equidade, sobretudo, econômicas.
<i>Sustentabilidade Econômica</i>	A alocação e gerenciamento mais eficiente de recursos constantes de investimentos públicos e privados e essa avaliação deve ser em esferas macrossociais, não apenas micro.
<i>Sustentabilidade Ecológica</i>	<ul style="list-style-type: none"> • O uso da criatividade ao ponto de causar danos mínimos aos sistemas de sustentação da vida. • Limitação do uso de combustíveis fósseis; • Reduzir o volume de resíduo e de poluição, promovendo a reciclagem e conservação de energia. • Limitar o consumo dos países mais ricos • Intensificar a pesquisa para tecnologia de baixo teor de resíduo em caráter industrial, urbano e rural; e • Proteger o meio ambiente natural por meio de instrumentos econômicos, legais, administrativos e o que se fizer necessário para esse alcance.
<i>Sustentabilidade Espacial</i>	Dirigida para um equilíbrio rural-urbano e distribuição territorial nos assentamentos humanos e das atividades econômicas, como: <ul style="list-style-type: none"> • Frear a destruição dos ecossistemas; • Promover a agricultura e a exploração agrícola com técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através do uso de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso aos mercados; • Explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e ao seu papel na criação de emprego não agrícolas nas áreas rurais; • Criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.
<i>Sustentabilidade Cultural</i>	Procurar raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Quadro 1: Dimensões da Sustentabilidade

Fonte: Sachs, 2000.

Há soluções para os principais problemas de nosso tempo, que segundo Capra (2006), algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nosso pensamento e nos nossos valores. Ainda em Leff, (2011), há o indicativo de que a economia atual entrou em um processo de “pós-escassez”, isto é, que a produção, como base na vida social, foi superada pela modernidade. Neste sentido o princípio de sustentabilidade surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano. Trata-se da reapropriação da natureza e da reinvenção do mundo; não só de “um mundo no qual caibam muitos mundos”, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômico-ecológica globalizada.

Capra (2006), apresenta duas modalidades de ecologia: a ecologia rasa e a ecologia profunda. A ecologia rasa, é antropocêntrica, ou centrada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental ou de “uso”, à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos ou qualquer outra coisa do meio

ambiente natural. Ela vê o mundo, não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão profundamente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

Considerado as esferas da ecologia, tem-se em Boff, (1993), uma definição pertinente destas, relacionadas à reflexão que se faz necessária neste contexto, que consistem em: ecologia ambiental, social, mental e integral.

<i>Ecologia ambiental</i>	Por focar a qualidade de vida, sua preocupação é com o meio ambiente, objetivando a preservação da vida, das espécies. Sua importância consiste em corrigir os excessos da voracidade pelo projeto industrialista que causa custos ecológicos altos.
<i>Ecologia Social</i>	Insero o ser humano e a sociedade dentro da natureza. Aponta para a necessidade de minimizar as desigualdades decorrentes da concentração da riqueza. Sustenta a necessidade do desenvolvimento sustentável, dentro de uma parceria intergeracional.
<i>Ecologia Mental</i>	Seu foco principal consiste em combater o antropocentrismo, evidenciando que todos os seres são interdependentes, vivendo dentro de uma teia intrincada de relações. Todos são importantes.
<i>Ecologia Integral</i>	A visão da terra a partir de quem a vê de fora: o universo inteiro se encontra em cosmogênese: se constituindo e nascendo, formando um sistema aberto, sempre capaz de novas aquisições.

Quadro 2: As 4 ecologias de Leonardo Boff

Fonte: BOFF, 2003.

Leff, (2011), diz que não há dúvida de que os processos econômicos e tecnológicos foram os principais fatores que ocasionaram a destruição ecológica dos trópicos, bem como a transformação de seus padrões culturais e as práticas produtivas que ali se impuseram. A sustentabilidade do desenvolvimento mostra que há necessidade de reverter essas tendências e de construir uma racionalidade produtiva sobre novos princípios. Isso implica passar a um planejamento prospectivo de modelos alternativos de desenvolvimento sustentável, fundados num ordenamento ecológico das atividades produtivas e dos assentamentos humanos; o que levaria a redistribuir a população no território, segundo outros critérios que os que deduzem das forças do mercado e da produtividade tecnológica.

Neste caso, Morin, (2010), aponta como aporte o uso da ciência para ser o principal investigador das diversas problemáticas que nos causam os temores da incerteza relativos ao meio natural. E ainda mais, há uma importante ação por meio da transdisciplinaridade, uma vez que, a ciência nunca teria sido ciência se não tivesse sido transdisciplinar. Discursiva, que a ciência é um problema sério demais para ser deixados nas mãos dos cientistas; se tornou muito perigosa para ser deixada nas mãos dos estadistas e do Estado; passou a ser um problema cívico, um problema dos cidadãos.

Os ecossistemas em geral têm merecido a atenção de diversos segmentos da sociedade, principalmente, em países onde as consequências da ocupação desordenada do solo já se fizeram sentir. Deslizamentos, grandes erosões, assoreamentos, inundações e secas são uma espécie de grito de alerta da natureza contra séculos de maus tratos. Neste sentido, entende-se que a preservação da natureza deve ser resultado de um plano de ocupação do espaço e dos recursos que compatibilizem as diversas possibilidades de utilização e manejo de forma harmônica. Assim, a sustentabilidade de um meio turístico depende, necessariamente do tipo de turismo que ocorre na área e que este poderá ser um instrumento de sustentação do modelo de desenvolvimento ecológico, exigido pelas grandes transformações no modo de vida em todo globo, de acordo com Ruschmann, (2000).

TURISMO E SUSTENTABILIDADE

O segmento de turismo encontra-se inserido no setor terciário ou de serviços, que no Brasil vem apresentando uma participação crescente face ao PIB do país. Em 1980, o setor de serviços era responsável por 48,8% do PIB brasileiro, enquanto em 1995 essa participação já alcançava 55,7%, caracterizando uma evolução expressiva face ao desempenho declinante observado para o setor industrial, de acordo com Saab, (1999).

Nas análises de Ruschmann, (2000) o turismo contemporâneo é um grande “consumidor” da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com ambientes naturais durante o seu tempo de lazer. Por isso, constituiu-se um produto consolidado no mercado, que encontra no ecoturismo um dos seus nichos, mais significativos.

Assim, Pires, (1998), aponta o ecoturismo enquanto termo designativo de um tipo de turismo inserido no conjunto de alternativas turísticas ganha aqui um espaço privilegiado para uma abordagem mais ampla e uma análise mais detida. Isso porque no decorrer da história recente desde a emergência do turismo alternativo, enquanto proposta e bandeira de transformações nos rumos do turismo convencional, até os dias atuais, em que o cunho ideológico que deu sentido a essa expressão se converte de forma cada vez mais aceita numa variedade crescente de experiências turísticas alternativas, o ecoturismo surge e se impõe como uma “rotulação” amplamente utilizada e, como tal, com sucesso, para expressar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no ramo de viagens que se posicionam na interface turismo e ambiente, este último compreendendo especialmente ambientes naturais pouco alterados juntamente com as culturas autóctones presentes em seu entorno.

Para Tulik, (1993), nem todos os recursos naturais têm o mesmo grau de

atratividade, pois este vai depender, numa primeira instância, do encontro entre o recurso e a percepção do turista e, também, dos interessados pela sua promoção e divulgação. Todavia, o grau de atratividade de um recurso turístico natural nem sempre está em correlação com a magnitude intrínseca que ele detém, mas vai depender da capacidade de seus promotores em transformá-lo numa atração.

Ruschmann (2000), discute que atualmente, já não se concebe mais a implantação de equipamentos de lazer e de turismo de forma empírica e, por isso, desordenada. A consciência ambiental crescente das pessoas e a sua necessidade de usufruir do seu tempo livre em locais que permitam o contato direto com a natureza, faz com que a proteção ambiental se constitua o elemento chave do desenvolvimento sustentável de áreas para o uso turístico e/ou recreativo. Quanto mais autêntica e ambientalmente protegida for a área, maior será seu posicionamento no mercado - fazendo com que estes aspectos se constituam um diferencial mercadológico para os empreendimentos ou áreas. Desta forma, segundo Tulik (1993), a força turística de um recurso natural é sempre relativa, e vai depender de particularidades individuais e culturais e, também, do contexto físico que abriga este recurso, das condições de acesso, da disponibilidade de tempo livre das pessoas, dos equipamentos e serviços adicionais oferecidos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Alyrio (2008) define método como sendo um conjunto de regras e normas através das quais se busca uma verdade ou a detecção de erros na tentativa de alcançar uma finalidade desejada. Para tanto, conforme Mezzaroba e Monteiro, (2009), é preciso adquirir determinados conhecimentos, atentar para tudo aquilo que ignoramos. O método representa muito mais uma atitude do que propriamente um conjunto de regras prontas e acabadas para resolver qualquer tipo de problema, ou seja, a melhor forma de investigar, de buscar solução para os problemas ditos científicos, está no uso e na aplicação de modelos que já tenham demonstrado consistência teórica e prática. Será, portanto, a partir destes conhecimentos já consolidados que poderemos refletir sobre o presente e quem sabe começar a abrir espaços para construção de novos paradigmas.

Desta forma, para dar resposta ao objetivo proposto, utilizou-se dados do Anuário Estatístico de Turismo (Ministério do Turismo), bem como da Síntese dos Indicadores de Turismo do Amazonas (Amazonastur). A variável quantitativa é determinada em relação aos dados ou a proporção numérica, mas a atribuição numérica não deve ser feita ao acaso, porque a variação de uma propriedade não é quantificada cientificamente, para Fachin, (2006). Quantidade representa tudo aquilo que pode ser medido, o mensurável. O perfil deste tipo de pesquisa é altamente descritivo e o investigador, busca sempre obter o maior grau de correção possível

em seus dados, assegurando, assim, a confiabilidade de seu trabalho. Descrição rigorosa das informações obtidas é condição vital para uma pesquisa que se pretenda quantitativa para Mezzaroba e Monteiro, (2009).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção faz-se a análise dos dados de forma pontual para o Estado do Amazonas, no sentido de atender ao objetivo proposto. Assim, utiliza-se de dados da Síntese dos Indicadores de Turismo do Amazonas, no período de 2004 a 2014, apresentando na figura 1 quais são os países com volumes expressivos no período para o Estado, bem como o volume destes em alojamento de floresta por fluxo doméstico e internacional (figura 2). Na figura 3, por sua vez, a Taxa de ocupação de leitos dos alojamentos de floresta e em seguida, a taxa de ocupação de leitos dos alojamentos de floresta, na Figura 4.

Nos principais países emissores de turistas para o Estado do Amazonas, de acordo com os dados obtidos tem-se os Estados Unidos como os que mais demandam do turismo, no período no Amazonas. Em volumes substancialmente menores, Alemanha, França e demais países. É visualmente percebido, no período analisado, que embora haja um sistemático crescimento no volume destes turistas, no ano de 2014 este volume foi expressivo no Estado. Manaus foi uma das subsedes que receberam os jogos da Copa do Mundo neste ano.

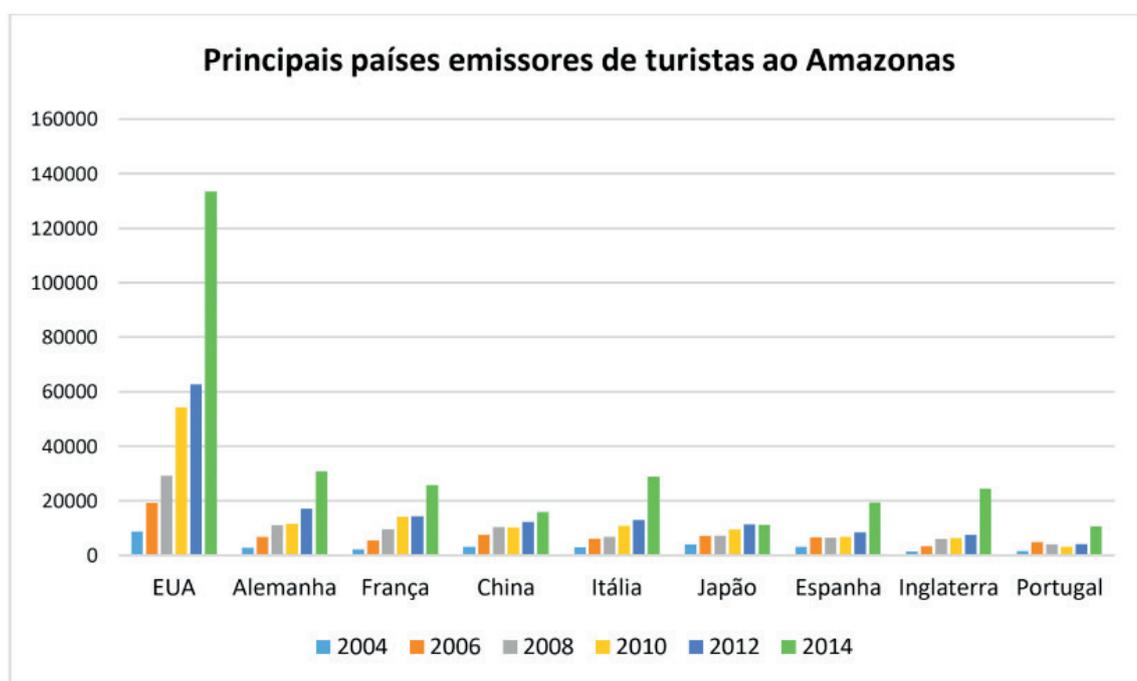


Figura 1: Principais países emissores de turistas ao Amazonas

Fonte: Anuário Estatístico Turismo e Síntese dos indicadores de turismo do Amazonas

Os turistas em alojamentos de floresta, da mesma forma, apresentaram-se em

volume significativos dos Americanos, seguido pelos demais países, com destaque para o período de 2014. Ligeiras variações no quantitativo de alojamentos destes ocorrem nos demais períodos: França, Itália e Portugal em 2006 destacam-se, e no ano de 2008, como reflexo da retração econômica que ocorre em vários destes países, há uma redução, também no volume destes em relação ao período anterior, que se mantém oscilando até 2010, apresentando elevação em 2012, somente.

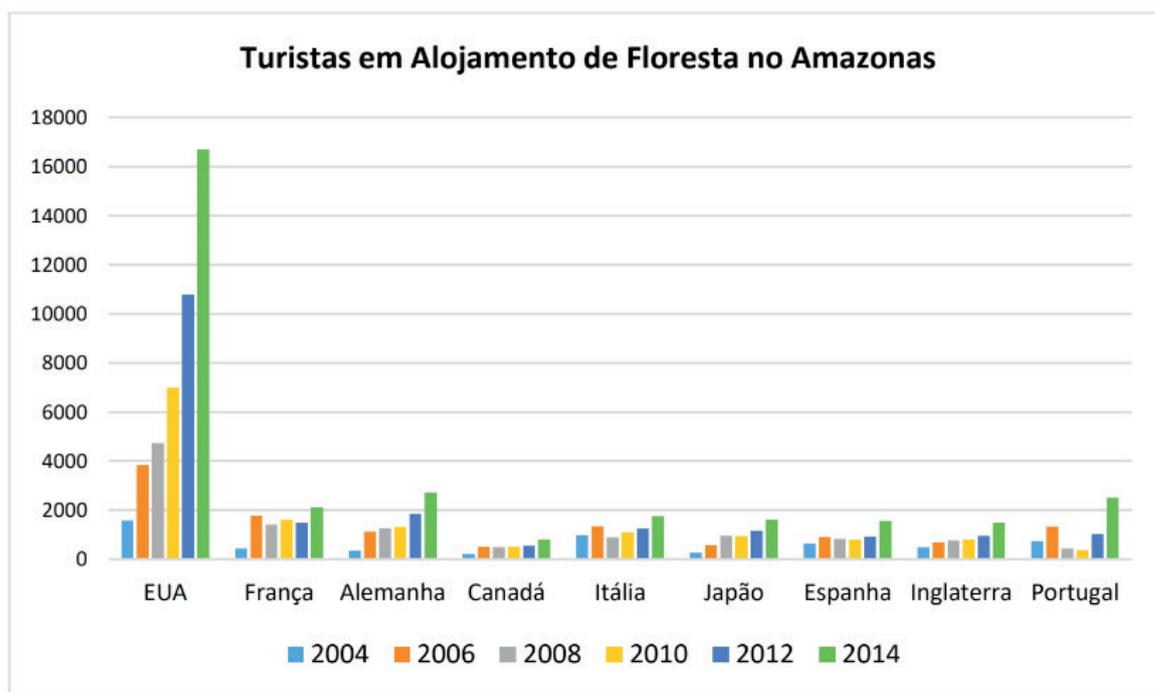


Figura 2: Turistas em alojamento de floresta no Amazonas

Fonte: Anuário Estatístico Turismo e Síntese dos indicadores de turismo do Amazonas

Na Figura 3, como reflexo da demanda demonstrada nos dados anteriores, o fluxo de estrangeiros é sistematicamente superior ao fluxo doméstico no período observado. Os atrativos da natureza jogam papel importante neste processo.

De acordo com Teixeira (2006), o Estado do Amazonas é referência para o turismo ecológico e vem se destacando na atividade do turismo de natureza, sendo o primeiro a criar empreendimentos hoteleiros em áreas naturais. A atividade turística de natureza deve estar em harmonia com os recursos naturais e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos habitantes das comunidades, princípios que estão inseridos nas Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (1994).

Tulik (1993), comenta que vários fatores podem contribuir para a valorização de um recurso turístico natural que, assim, se transforma numa atração. Isto pode ocorrer, por exemplo, pela valorização social ou pela justaposição de recursos adicionais, como da oferta técnica ou cultural. O Estado do Amazonas, neste caso, por suas dotações naturais é considerado como um dos principais destinos ecoturísticos.



Figura 3: Turistas no alojamento de floresta por fluxo

Figura 4: Taxa de ocupação dos alojamentos de floresta

Fonte: Anuário Estatístico de Turismo e Sint. dos ind. de tur. do Amazonas

Esta prática de turismo é desenvolvida por empreendimentos de selva que são alojamentos fixos nas margens dos rios ou lagos, alguns estão em terra firme, outros estão em terra várzea (hotéis flutuantes que acompanham o nível do rio). Alguns hotéis são bastante confortáveis, pois possuem sala de jogos, ar-condicionado nos quartos, computador, banheiro privativo, lugar para meditação, entre outros. Outros são mais rústicos e oferecem a oportunidade de acompanhar o estilo de vida de uma parte dos ribeirinhos amazônicos. Ou seja, o visitante fica em dormitório com iluminação de lamparinas e redes cobertas por mosquiteiros. Há hotéis que possuem unidades habitacionais na copa das árvores, conforme Teixeira (2006).

Na Figura 4, o volume de alojamento nesta modalidade do turismo mostra-se em níveis crescentes entre 14000 e 19000 alojamentos nos períodos observados, o que vem respaldar a importância desta atividade enquanto possibilidade de ponta dupla: a primeira delas é em termos econômicos. Pode proporcionar um dinamismo significativo à economia local a todas as partes envolvidas, sejam elas as empresas, nos seus mais variados níveis de serviços. A segunda diz respeito ao uso relevante e indispensável compreensão da sustentabilidade, que permite a obtenção do acesso de forma consciente aos recursos, possibilitando sua manutenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento das cidades e as diversas modificações no cenário econômico em nível mundial, tem levado as pessoas a viverem níveis de stress profundos, o que de alguma forma, finda por contribuir pela demanda por um cenário diferenciado do vivenciado no dia a dia, quando se trata de tirar férias ou mesmo desfrutar de alguns dias de repouso.

Neste caso, a natureza tem desempenhado papel importante uma vez que apresenta em suas mais diversas e variadas formas, lugares, animais, riquezas naturais que pouco provavelmente são percebidas em lugares onde o processo de

industrialização e intensidade econômica se faz presente. Assim, o ecoturismo no Amazonas, já de longa data vem sendo uma destas fontes de riqueza tanto natural quanto econômica no Estado.

Ter sido uma das subseções dos jogos da Copa do Mundo em 2014 foi ponto favorável para o setor de turismo no Amazonas, uma vez que Portugal, Inglaterra, Espanha, Japão, Itália, China, França, Alemanha, Estados Unidos e tantos outros países se fizeram presentes no Brasil, em suas diversas Unidades de Federação, assim como no Amazonas. O que representou fator significativo para a geração de receitas, promovendo o aquecimento econômico destes locais.

A representatividade da natureza neste aspecto é condição importante no turismo, uma vez que a preferência por alojamentos na floresta em todos os países emissores de turistas para o Amazonas, aponta uma demanda crescente, com ligeiras oscilações em tempo de crise financeira, mesmo em países com forte impacto desta, como foi o caso dos Estados Unidos.

Para trabalhos futuros pode ser fazer uma correlação entre os níveis deste fluxo considerando os dois eventos esportivos sediados no Brasil, correspondentes à Copa de 2014 e as Olimpíadas em 2016, onde a Cidade de Manaus, embora com um número baixo de jogos, recebe em seu interior dado volume de turistas, que de alguma forma contribuem para o aquecimento da economia que fazem uso do ecoturismo, além das demais ofertas presentes no local.

REFERÊNCIAS

ALYRIO, R. D. **Metodologia Científica**. PPGEN: UFRRJ, 2008.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma**. Vol. 2. Editora Ática, 1993.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFF, Enrique. **Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo dos saberes**. Revista Educação e Realidade. (34:3). Set/dez, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 8ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

- MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5ª edição. São Paulo, Saraiva, 2009.
- MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2014.
- MORIN, Edgar, **Ciência com consciência**. Ed. revista e modificada pelo autor - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.4
- PIRES, Paulo dos Santos. **A dimensão conceitual do ecoturismo**. Turismo - Visão e Ação - v.1 - n.1 - p.75-91 jan/jun – 1998.
- REJOWSKI, M. **Turismo no Percurso do Tempo**. SP: Aleph, 2005.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. **A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade?** Turismo - Visão e Ação - ano 2 - n.5 - p.81-90 out-1999/mar-2000.
- SAAB, William Lopes. Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 10, p. 285-312, set. 1999.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Coleção Ideias Sustentáveis**. Organizadora: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.
- SCHLUTER, R. G. **Turismo en Argentina: Del balneário ao campo**. Buenos Aires.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- TEIXEIRA, Maria Adriana Sena Bezerra. **A Prática do Turismo de Natureza em Hotéis de Selva do Estado do Amazonas e sua relação com as ações estratégicas da política nacional de ecoturismo**. – Caxias do Sul, 2006.
- TULIK, O. Recursos Naturais e Turismo - Tendências Contemporâneas. **Turismo em Análise**. v.4; n.2. p. 26-36, 1993.

APÊNDICES

1 – PRINCIPAIS PAÍSES EMISSORES DE TURISTAS AO AMAZONAS

	2004	2006	2008	2010	2012	2014
EUA	8684	19216	29186	54083	62681	133432
Alemanha	2727	6803	11005	11639	17116	30675
França	2213	5410	9485	14062	14376	25680
China	3068	7566	10348	10265	12267	15910
Itália	2981	5984	6740	10688	13007	28830
Japão	3942	7185	7136	9344	11249	11147
Espanha	3100	6592	6391	6775	8459	19361
Inglaterra	1286	3236	5960	6259	7566	24498
Portugal	1605	4763	3993	3148	4116	10595

2 - TURISTAS EM ALOJAMENTO DE FLORESTA NO AMAZONAS

	2004	2006	2008	2010	2012	2014
EUA	1581	3848	4724	6983	10791	16695
França	431	1770	1411	1603	1494	2112
Alemanha	355	1118	1260	1299	1843	2727
Canadá	221	515	486	517	552	816
Itália	984	1347	890	1086	1248	1748
Japão	270	571	954	939	1153	1607
Espanha	640	908	833	792	923	1563
Inglaterra	485	682	762	816	948	1504
Portugal	727	1326	440	370	1017	2505

3 – FLUXOS DE TURISTAS

	Fluxo Doméstico	Fluxo Estrangeiro
2004	2989	8069
2006	6563	17405
2008	9598	17210
2010	15545	21470
2012	19058	28007
2014	26503	43266

4 – TAXA DE OCUPAÇÃO DE LEITOS (TOL) DOS ALOJAMENTOS NA FLORESTA

2004	13.83
2006	13.64
2008	15.61
2010	16.86
2012	16.17
2014	19.29

 **Atena**
Editora

2 0 2 0